

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Patrícia Aparecida Borges

**DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRÁTICA  
ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE AÇÕES REALIZADAS EM UMA ESCOLA  
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2015

Patrícia Aparecida Borges

**DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRÁTICA  
ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE AÇÕES REALIZADAS EM UMA ESCOLA  
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Área de Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e Gênero, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadoras: Professora Doutora Ana Amélia de Paula Laborne e Professora Doutora Shirley Aparecida Miranda

Belo Horizonte

2015

Patrícia Aparecida Borges

**DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRÁTICA  
ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE AÇÕES REALIZADAS EM UMA ESCOLA  
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Área de Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e Gênero, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadoras: Professora Doutora Ana Amélia de Paula Laborne e Professora Doutora Shirley Aparecida Miranda

Belo Horizonte

2015

Aprovado em 09 de maio de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadoras: Professora Doutora Ana Amélia de Paula Laborne e Professora Doutora Shirley Aparecida Miranda – Faculdade de Educação da UFMG

---

Fernanda Vasconcellos Dias

Dedico este trabalho a minha  
mãe, a meu marido, a minha melhor  
amiga, a minha companheira de trabalho  
e a comunidade escolar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Deus maior que habita em cada um de nós independente da religião pela qual nos orientamos. O que importa é fazer o BEM, sempre.

Agradeço a minha mamãe, que me deu força todos os sábados para poder prosseguir, em todos os outros momentos da minha vida pessoal e profissional, sem você eu não seria nada, minha luz.

Agradeço a meu amado marido que acordou cedo comigo todos os sábados, mesmo cansado de nossa árdua jornada de três turnos e por muitas vezes deixou seus filhos nas tardes de sábado para me levar de volta ao nosso lar.

Agradeço a minha melhor amiga Elenquel que ficou sem minha presença física, por este tempo enorme e mesmo assim mantemos nossa amizade em dia graças às tecnologias do mundo moderno.

Agradeço a todas e todos de minha família, a meu filho e minha tia Lucinha, força sempre.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, que contribuem direta e indiretamente para que nossas ações e práticas nessa temática evoluam a cada dia; principalmente a companheira de trabalho Paula.

Agradeço aos professores, aos funcionários do curso, por nos proporcionarem novas descobertas. Aos funcionários da cantina, obrigada, por alimentarem nossa fome física.

Agradeço aos meus colegas de classe que me possibilitaram ampliar meus conhecimentos e em especial a Islaine, meu muito obrigada, por tudo.

Agradecimentos especiais as minhas orientadoras, inclusive pela paciência e por acreditarem sempre que eu conseguiria, mesmo passando pelo processo de gestão escolar.

Agradeço a mim também, que levanto e sacudo a poeira a cada obstáculo.

“O único bem não transitório da humanidade é  
seu crescimento intelectual, emocional, cultural  
e espiritual.”

João Paulo Couto

## RESUMO

Este plano de ação foi desenvolvido com o objetivo de analisar a trajetória de ações e práticas desenvolvidas por uma comunidade escolar no recorte de tempo de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2015, em uma escola municipal de Belo Horizonte, na regional Barreiro, sobre a temática de Diversidade Cultural e Relações-Étnico-Raciais. A escolha da referida temática parte do pressuposto de que no espaço escolar sempre prevaleceu invisível o tema Diversidade Cultural e Relações Étnico Raciais. A participação no “Grupo de Discussão Étnico Racial do Barreiro” instigou-me implementar um plano de ação que contemplasse a temática. Utilizando os livros que fazem parte do kit escolar e outros pouco utilizados na biblioteca, busquei incentivar os alunos a leitura do kit afro, levando-os a reflexão de suas origens. Em uma comunidade de predominância de afrodescendentes, mas que não se reconhecem como tal, é uma questão de direitos humanos levar os educandos a conhecer suas origens e assumir sua cultura, pois, estão impregnados da cultura hegemônica europeia. A construção de identidade é entendida aqui como processo. Entendemos que reconhecer e aceitar o pertencimento a uma cultura, a uma religião, reconhecê-la e valorizá-la com todas as suas características contribui para amenizar os preconceitos religiosos e o racismo. Quando é dada aos sujeitos a oportunidade de conhecer outras referências este poderá respeitar e valorizar a diversidade em seu mais amplo sentido, em seus mais diversos espaços. Para tal, desenvolvemos ações sistematizadas em sala de aula com a temática, bem como envolvendo a escola toda na realização de mostras de diversidade cultural ao longo desse tempo. Como resultado obtivemos uma maior integração dos três turnos da escola em relação a temática, um maior reconhecimento dos estudantes e educadores de suas origens e a implementação no plano curricular, dentro da parte diversificada a disciplina de Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais.

**Palavras-chave:** Diversidade Cultural, relações étnico-raciais, identidade, pertencimento racial, educação.

## ABSTRACT

This action plan was developed with the objective of analyzing the trajectory of actions and practices developed by a school community from February 2010 to February 2015 in a municipal school of Belo Horizonte, in the Barreiro's region, about subject Cultural Diversity and Relations-Racial-Ethnic. The choice of this theme assumes that school always prevailed invisible the theme Cultural Diversity and Racial Ethnic Relations. I Participate of the "Racial Ethnic Barreiro's Group discussion" and interested me to implement an action plan contemplating the subject. I used the books that are part of Afro school kits and other underutilized in the library. I encouraged the students to read the African kit, leading them to reflect about their origins. In a community predominantly of African descent, but they do not identify as such is a matter of human rights. The students must to know their origins and assume their culture. The community is imbued with the European hegemonic culture. The construction of identity is understood here as a process. We believe that recognizing and accepting belonging to a culture, a religion, recognize it and value it with all its features contribute to ease religious prejudices and racism. When is given to the students the opportunity to know other references they can respect and value diversity in its broadest sense, in their most diverse spaces. Therefore, we have developed systematic actions in the classroom with the theme, as well as involving the whole school in cultural diversity shows over that time. As a result we obtained a greater integration of the three school shifts over the issue, greater recognition of students and educators of their origins and the implementation of the curriculum within the diverse part of the discipline of Cultural Diversity and Ethnic-Racial Relations.

**Keywords:** Cultural Diversity, ethnic-racial relations, identity, racial belonging, education.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 2: A DISCUSSÃO DO PROBLEMA.....	14
A LEI Nº 10639/03 E SUA APLICABILIDADE NA ESCOLA.....	18
CAPÍTULO 3: ANÁLISE CRÍTICA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	39

## INTRODUÇÃO

Sou Pedagoga desde o ano de 2003, quando comecei a atuar em comunidades de vulnerabilidade social. Desde então tenho desenvolvido e construído experiências profissionais na área educacional, com ênfase em processos de gestão escolar e processos pedagógicos diversificados, desde a educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos.

Atuando na RME da PBH, desde o ano de 2008, tenho como foco o desenvolvimento da Pedagogia de Projetos que visam o desenvolvimento cognitivo e humano dos educandos. Entre 2009 e 2014, atuei na regência da sala de aula no ensino fundamental do 1º ao 5º ano, em turmas de EJA e educação infantil, nas redes municipais de ensino de Belo Horizonte, Ibirité e Contagem.

Em 2015, passei a atuar na gestão de uma escola da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. Percebi ao iniciar o trabalho que farei toda a diferença na implantação de políticas públicas, da educação, no âmbito escolar, principalmente as que são inviabilizadas pela sociedade eurocêntrica na qual vivemos, tal como, a Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais.

Os motivos que me levaram a desenvolver trabalhos na área de Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais está ligada com a minha descendência pessoal. Minha mãe, uma mulher negra, vivenciou situações de discriminação racial, principalmente por causa dos filhos que tem a pele clara.

Muitas vezes ela foi discriminada em ambientes públicos, quando acreditavam que ela era nossa empregada doméstica, nossa babá. São situações absurdas de discriminação racial, em um país multiétnico. O que me remete a importância de trabalhar na sala com esses temas para contribuir com a construção de identidades racial e cultural, e uma sociedade menos preconceituosa mais tolerante e igualitária.

Há quatro anos sou membro do grupo de estudos de Discussões Étnico-Raciais da Educação – Barreiro, desde sua criação em 2012, pela Gerência de

Educação do Barreiro/SMED/PBH. Ele é composto por profissionais da educação representantes das escolas municipais da Regional Barreiro, e tem o intuito de discutir as questões que se referem às relações étnico-raciais, contemplando as Leis 10.639/03 e a 11.645/08, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas escolas municipais sobre a temática.

Buscamos a efetivação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e da LEI nº 11.645, de 10 março de 2008, nas escolas municipais de Belo Horizonte embora já tenha a legislação federal vigente que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em consonância:

“Com avanços e limites a Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares possibilitaram uma inflexão na educação brasileira. Elas fazem parte de uma modalidade de política até então pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC. São políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras.” (GOMES, 2009, p. 3)

Ser membro do grupo me possibilitou construir novas aprendizagens e desenvolver novos conceitos na vida pessoal e profissional, quando então surgiu à oportunidade em 2013 de participar deste curso de pós-graduação, na mesma área em que venho desenvolvendo meus estudos e trabalhos.

Percebi que minha atuação poderia ganhar um embasamento teórico metodológico maior, o que me possibilitaria a ampliação de ações mais pontuais nesta área.

Minha prática pedagógica e minha atuação na educação ao longo dos anos, me fez questionar como a gestão pode fazer diferença na implantação e efetivação de políticas públicas, referentes ao trabalho desenvolvido nas escolas com a temática da diversidade cultural e da ampliação dos direitos. Considerando que a:

“(...) diversidade cultural é definida como uma das principais preocupações sociais, relacionada ao crescimento de uma variedade

de códigos sociais dentro e entre a sociedade”. (RODRIGUES e ABRAMOWICZ, 2011, p. 248)

As ações que serão descritas neste trabalho só puderam ser realizadas com maior amplitude com as mudanças de gestão na escola, e estabelecemos que:

“O principal desafio para a educação do século XXI é aprender a viver juntos, que requer o desenvolvimento de nossa habilidade de equipar pessoas com capacidades para lidar com as diferenças culturais e as mudanças culturais no interior de sociedades cada vez mais multiculturais.” (UNESCO, 2009, p. 115-6)

Para alcançarmos essa almejada efetivação desenvolvemos ações e práticas pedagógicas que buscaram desenvolver estratégias para sedimentar no currículo das escolas o trabalho com a Diversidade Cultural e as Relações Étnico-Raciais.

Em sentido restrito currículo escolar é o conjunto de matérias a serem ministradas em determinado curso ou nível de ensino. Neste sentido, o currículo abrange dois outros conceitos importantes: o de plano de estudos e o de programa de ensino, assim definidos:

Plano de estudos é a “lista de matérias que devem ser ensinada em cada grau ou ano escolar, com indicação do tempo de cada uma, expressa geralmente em horas e semanas” Programa de ensino é a “relação dos conteúdos correspondentes a cada matéria do plano de estudos, em geral, e em cada ano ou grau, com indicação dos objetivos, dos rendimentos desejados e das atividades sugeridas ao professor para melhor desenvolvimento do programa e outras instruções metodológicas” (OEA-UNESCO, 2000).

No entanto, alguns autores questionam essa concepção de currículo que se baseia apenas no que deve ser ministrado em sala de aula, segundo Samuel Rocha Barros, “em sentido amplo o currículo escolar abrange todas as experiências escolares”. Já Jamerson-Hicks nos diz que “é a totalidade das experiências de aprendizagem planejadas e patrocinadas pela escola” e Ragan diz que “são todas as experiências dos alunos, que são aceitas pela escola como

responsabilidade própria”. Hounston nos coloca que “são todas as atividades através das quais o aluno aprende.”

De forma ampla, o currículo escolar abrange as atividades desenvolvidas dentro da escola.

E, segundo César Coll, "as atividades educativas escolares correspondem à ideia de que existem certos aspectos do crescimento pessoal, considerados importantes no âmbito da cultura do grupo, que não poderão ser realizados satisfatoriamente ou que não ocorrerão de forma alguma, a menos que seja fornecida uma ajuda específica, que sejam exercidas atividades de ensino especialmente pensadas para esse fim. São atividades que correspondem a uma finalidade e são executadas de acordo com um plano de ação determinado, isto é, estão a serviço de um projeto educacional. A primeira função do currículo, sua razão de ser, é a de explicitar o projeto - as intenções e o plano de ação - que preside as atividades educativas escolares. Enquanto projeto, o currículo é um guia para os encarregados de seu desenvolvimento, um instrumento útil para orientar a prática pedagógica, uma ajuda para o professor. Por esta função, não pode limitar-se a enunciar uma série de intenções, princípios e orientações gerais"

No entanto, observamos algumas dificuldades para a efetivação destas legislações citadas. Será que as dificuldades encontradas podem ter relação com o fato de que as práticas educativas ficam, muitas vezes, restritas a alguns docentes? Será que o apoio da gestão escolar faz diferença na implementação dessas políticas? Como lidar com a ausência de institucionalização dessas práticas com o foco na valorização da diversidade? Esses são alguns questionamentos que buscaremos abordar nesse trabalho.

## Capítulo 2: DISCUSSÃO DO PROBLEMA

Os movimentos negros são uma série de movimentos realizados por pessoas que lutam contra os preconceitos e a discriminação racial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu primeiro artigo, diz que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos...”. Por séculos da história do mundo, os negros não experimentaram esse direito.

A mobilização do povo negro sempre existiu antes mesmo da abolição da escravatura, em 1888. Os movimentos eram clandestinos e tinham como principal objetivo libertar os negros, como as revoltas que aconteciam e a fuga para os quilombos.

Os quilombos eram uma forma de resistência e mobilização mais evidente durante a escravidão, mas outras maneiras mais sutis também são consideradas resistência e mobilização. Eram negros que resistiam contra o racismo, a escravidão e a opressão que sofriam.

O movimento negro no Brasil sempre atuou no cenário político brasileiro. Suas estratégias para promover uma educação antirracista era as mais variadas. Narrativas historiográficas omitiram lutas de emancipação e mobilização política da população afro-brasileira. Uma revisão dessa historiografia registrou iniciativas na luta contra o racismo e por políticas de igualdade racial.

A lei nº 10.639/03, que incluiu no currículo oficial a história e a cultura afro-brasileira, é resultado de anos de lutas e pressões do Movimento Social Negro por uma educação não eurocêntrica e antirracista. Por meio das agendas de reivindicações do Movimento Negro ao longo do século XX, que, a obrigatoriedade do ensino da história do continente africano e sua diversidade, dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e dos negros na formação da sociedade brasileira se apresenta.

Essa pressão exercida pelo movimento constava, por exemplo, na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental

do Negro (TEN)<sup>1</sup>, em 1950. No entanto, o Movimento Negro, apoiado por muitos intelectuais negros engajados na luta antirracista, levaram mais de meio século para conseguir formalmente a obrigatoriedade do ensino supracitado.

Refletindo sobre a concepção do conceito de raça por Guimarães (2002) percebe-se uma discussão tanto analítica quanto metodológica. Ele delimita em categorias os conceitos que podem ser usadas no discurso sociológico: conceitos analíticos e conceitos nativos das cores. Para o autor as raças passam a ser tratadas, como “efeitos de discursos”, ou seja, só existem no campo da cultura, não sendo comprovadas cientificamente.

Uma série de conceitos são definidos nos estudos raciais da sociologia, começando pelo próprio termo “raça”. Para Guimarães (2002), as raças são “discursos sobre as origens de um grupo”, que associam traços físicos, morais e psicológicos a transmissão hereditária. Significa dizer que, determinado grupo social teve uma mesma origem geográfica, e seus membros possuem uma série de características comuns que são herdadas “pelo sangue”.

Um termo que também remete a uma origem comum é o de etnia, quando os grupos provem de um mesmo lugar e o discurso é sobre um determinado modo de fazer as coisas. Nesse ponto estamos diante de uma comunidade.

Pensando na dimensão política dos conceitos, chegamos ao termo nação. Uma raça ou etnia reivindica um destino político comum, agregado ao discurso da origem comum (“comunidade de origem e de destino”). Temos então o sujeito dessa comunidade de origem e destino que é o povo.

Os últimos termos analisados são o Estado, classe e cor. Para definir Estado podemos usar Weber (1998). Para o autor, aquele que detém o monopólio das forças coercitivas em determinado território.

---

<sup>1</sup> Teatro Experimental do Negro (TEN) fundado em 1944, no Rio de Janeiro, sua proposta era a de trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.

Classe é um conceito que envolve tanto categorias nativas quanto analíticas. O autor tem preferência pela ideia de “formação de classe”, o que torna esta categoria “fluida”, sempre em mudança, até constituir um discurso efetivo de origem e destino.

Por fim, temos a cor, que o próprio autor afirma ser o mais difícil de definir, por estar “naturalizado”, não sendo exposto à crítica cotidianamente.

Existe um último termo que é bastante amplo: cultura. Ele aparece no discurso comum sempre vinculado a algum grupamento social, seja uma raça, etnia, nação etc.

A raça sempre esteve presente no discurso do senso comum em nosso país. Em um primeiro momento, serviu para marcar e justificar posições sociais, as relações estabelecidas entre senhores e escravos.

“Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo indeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite.”  
(GUIMARÃES, 1999, p. 9)

Quando se começou a construir a ideia de nação brasileira, o termo raça foi substituído por cor. Esse período é marcado por fortes pressões antirracistas e pelo movimento abolicionista, ou seja, havia uma ideologia que buscava integrar o máximo possível os diversos grupos sociais presentes no território brasileiro em uma mesma nação, ainda que apenas de maneira simbólica.

Criou-se o mito da democracia racial, inspirado na teoria de livros de Gilberto Freyre, que destacavam a miscigenação como característica principal de nossa colonização. A democracia racial sempre esteve ligada ao interesse político de mostrar que o país convive bem com as diferentes etnias, sem preconceito, sem



discriminação. Essa perspectiva foi criticada posteriormente pela Escola Paulista, a partir dos estudos encomendados pela UNESCO na década de 1950.

Uma importante reinvenção do conceito de raça foi feita pelo movimento negro, que não considera a classificação por cor, retomando a ideia de raça como uma comunidade de origem. Mesmo que se busque uma identidade, ela passa pelo discurso nativo.

“(…), ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos.” tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.” (GOMES).

A crítica metodológica do texto é justamente esta: não podemos usar os conceitos desprendidos de uma teoria e nem da realidade social que estamos estudando e vivenciando, nesse caso, a questão racial.

## **A LEI Nº 10.639/03 e sua aplicabilidade na escola**

A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Diz respeito também à valorização da história afro-brasileira e africana, o no Brasil sempre valorizou nas aulas de História apenas o tema da escravidão negra africana.

Uma primeira reflexão que devemos fazer é sobre a palavra escravo, que foi sempre atribuída a pessoas em determinadas condições de trabalho. Portanto, a palavra escravo não existiria sem o significado do que é o trabalho e das condições para o trabalho.

Quando nos referimos, em sala de aula, ao escravo africano, nos equivocamos, pois ninguém é escravo. As pessoas foram, e ainda são escravizadas. O termo escravo, além de naturalizar essa condição, ou seja, trazer a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também possui um significado preconceituoso e pejorativo, que foi sendo construído durante a história da humanidade. Além disso, nessa mesma visão, o negro africano aparece na condição de escravo submisso e passivo.

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, como a cultura e destacando a (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

A lei também instituiu o dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Sendo assim, como trabalhar com essa temática em sala de aula? Os livros didáticos já estão quase todos adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03, mas, como as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são

múltiplas, podemos recorrer às iconografias, imagens, pinturas, fotografias e produções cinematográficas.

Uma boa indicação de material didático para abordar esse conteúdo são os materiais intitulados A Cor da Cultura, que variam entre livros animados, entrevistas, artigos, notícias e documentários,<sup>2</sup> material importante que ressalta a diversidade cultural da sociedade brasileira.

Outro importante material sobre a história da África, que os professores podem utilizar como suporte teórico para a compreensão da diversidade étnica que constitui o continente africano, é a coleção História Geral da África, que tem aproximadamente dez mil páginas, distribuídas em oito volumes. Criada e reeditada por iniciativa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a coleção aborda desde a pré-história do continente africano até os anos de 1980<sup>3</sup>.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, é uma exigência para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

A Lei 10.639/03, foi alterada pela Lei 11.645/08, em março de 2008 tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Até a aprovação da Lei, os povos indígenas, a identidade e cultura indígena vivenciaram quase cinco séculos de negligência, de agressão à sua cultura, identidade e memória, de uma negação aos seus direitos e sua diversidade, e até mesmo as suas etnias como construtoras não apenas do povo brasileiro, mas da própria história do país.

---

<sup>2</sup> Disponíveis em <http://www.acordacultura.org.br>

<sup>3</sup> Disponível para download gratuito em <http://www.dominiopublico.gov.br>.

Desde as crônicas históricas dos jesuítas nos séculos XVI ao XVIII, os índios, termo genérico utilizado de forma ampla para designar de maneira incorreta e preconceituosa a diversidade de povos e culturas que habitavam as terras brasileiras há vários séculos, passou a designar os nativos aqui encontrados pelos portugueses após terem “descoberto” estas terras na data de 22 de abril de 1500.

Os índios, chamados também de gentios, bárbaros, selvagens, silvícolas, negros da terra, e uma gama de expressões depreciativas, foram considerados ao longo do período colonial e imperial, homens de intelecto atrasado e inferior, sem fé, sem rei e sem lei. Povos que viviam da barbárie, brigando uns com os outros, e até mesmo devorando uns aos outros.

Mas, em meio a esta visão decadente e bárbara, os indígenas, foram escravizados, perseguidos, raptados, massacrados, convertidos, tanto em seus hábitos, costumes, línguas e religiões. As entradas e bandeiras caçaram índios como se caçam outros animais, principalmente as bandeiras. Muitos bandeirantes se especializaram em “prear” índios, termos usado na época para se referir a caça de indígenas para serem escravizados.

E quando chegamos ao período republicano, a partir de 1889, a história dos povos indígenas assim como dos afro-brasileiros foi silenciada. Não se ouve falar de história de índios e negros após 1888. E ao longo de todo o século XX, a imagem que o povo brasileiro tem sobre o índio é a mesma do século XVI. Essa imagem vem sendo modificada com a promulgação da Constituição de 1988, a qual garante direitos antes negados aos indígenas.

Na década de 90, viu-se a reformulação da educação brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, decretada em 1996, marcando o início de uma nova fase da política, gestão e legislação da educação brasileira.

Dessa forma, fundamentou-se a criação de escolas indígenas e de um sistema de ensino indígena, a fim de educar as crianças, jovens e adultos na cultura, idioma e costumes de seu povo, garantindo assim, a vivacidade de sua identidade e cultura, para a preservação das mesmas para as gerações futuras.

Pensando no currículo, podemos dizer que o resultado da luta dos movimentos sociais negros pela democratização da educação, culminando nas leis citadas, provoca muito mais do que a inclusão de uma nova disciplina no currículo escolar. Ela exige a mudança de representações e práticas adotadas, durante séculos, em um contexto de ampla dominação e colonização.

Diante do cenário, o sistema escolar, as instituições de ensino e educadores/as têm como desafio articular a teoria educacional com o cotidiano escolar e então construir um currículo capaz de lidar com a diversidade e desigualdades, características da sociedade brasileira.

Para refletir sobre as tensões geradas pela implementação das referidas leis, bem como sobre as transformações no que se refere ao trato da questão étnico-racial na escola, evidenciando como a escola não escapa das práticas pedagógicas discriminatórias, é importante perceber que muitas famílias de diferentes orientações religiosas impedem a participação de seus/suas filhos/as em algumas atividades culturais, principalmente as de origem afro, por entenderem que estudar História Africana e Afro-brasileira tem vínculo com 'macumba', trazendo toda uma percepção negativa que se têm das religiões de matrizes africanas.

Há um processo de hierarquização de conhecimentos que precisa ser superado e o primeiro passo está no debate, no ato de se falar de alguns mitos, de experimentar a dor para superá-la. Definitivamente, precisamos de equilíbrio e bom senso para driblar preconceitos e aos poucos introduzir a cultura afro-brasileira, torná-la uma agenda consolidada.

Para a maioria da população o descendente de negro era associado a escravo, não existindo a possibilidade de pensarmos em heróis ou heroínas negros/as. O lugar social do negro não permite que enxerguemos a população negra para além de escravizados, considerando as potencialidades de sua atuação como políticos, professores, em todas as outras esferas profissionais.

Alguns fatores de destaque são os estudos voltados para uma educação antirracista, os quais têm chamado a atenção dos/as educadores/as para o cotidiano escolar, onde as injúrias psicológicas e emocionais do racismo continuam a vitimar

crianças, jovens e adolescentes oriundos/as de todos os grupos e segmentos sociais.

A ideia era problematizar os traços da escravidão e da colonização, e a escola foi eleita como a instituição capaz de sustentar as transformações necessárias de uma sociedade que estava se modernizando. Neste contexto, o letramento escolar passou a ser destaque, em detrimento da oralidade e saberes tradicionais de populações, como indígenas e negras.

Como explicar que a minha vó, que não era alfabetizada, conseguiu nos ensinar um monte de coisas? Como aquele jovem que não consegue interpretar um texto em sala de aula, fora dali consegue escrever uma letra de rap, grafitar um muro e dialogar com seus pares por meio da fala, dos gestos e de suas roupas? Dá para falar que essas pessoas não são letradas? A escola está diante de diferentes culturas com as quais nunca conseguiu lidar, mas que não podem mais serem silenciadas.

O movimento negro do início do século XX, adaptou, recriou, inventou, táticas e estratégias de subversões que permitiram driblar as barreiras em busca de uma educação emancipadora e a desigualdade de inserção da população negra no universo escolar.

É importante que essa discussão se amplie, pois precisamos repensar a formação de professores, quais materiais vamos levar para a sala de aula e quem são esses sujeitos, e como essas histórias estão representadas nesses lugares de poder e de saber.

Os/as jovens negros/as definidos como não letrados, já carregam letramento em seu corpo. Pensar em letramento de resistência significa abriremos nossos baús e trazermos nossas histórias. Para isso, temos a tarefa de convencer os espaços tradicionais de produção de conhecimento que história dos negros no Brasil é ciência. O objetivo é construir e reconstruir esse percurso cientificamente. Estamos em um campo de disputa

Um passo importante na introdução da temática ao currículo é a inclusão da disciplina de Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais, na parte diversificada, da plano curricular, pois, possibilita ampliar os conceitos e essa percepção ocorre com o diálogo entre a escola e a família na construção de um currículo antirracista.

### **CAPÍTULO 3: A ANÁLISE CRÍTICA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

As ações descritas abaixo foram realizadas ao longo de cinco anos e contribuíram para desenvolver as estratégias para que pudéssemos introduzir a disciplina de Diversidade Cultural e as Relações Étnico-Raciais, na parte de diversificada do plano curricular da E. M. Jonas Barcellos Corrêa.

A Escola Municipal Jonas Barcellos Corrêa, situada na Rua Duzentos e Oitenta e Um, no bairro Petrópolis, Vale do Jatobá, Regional Barreiro. Oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 9º e Educação de Jovens e Adultos. Foi inaugurada em 8 de fevereiro de 1981 e o turno da noite iniciou-se em 2004.

A última versão consultada do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular da escola são datadas do ano de 2006.

Até o ano de 2015 a escola não tinha um currículo atualizado, com base em uma proposta pedagógica coerente com a identidade da comunidade escolar, em diálogo com as proposições curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte e com as legislações federais da educação, por quê:

“A escola encontra-se presa a um modelo estrutural, pois temos um arquétipo de políticas públicas e de formação excludente de se entenderem e pensarem as diferenças.” (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA E RODRIGUES, 2010, P. 91)

Desde o ano de 2010, ano que ingressei na escola, desenvolvo trabalho pedagógico com base nos planejamentos individuais, que são elaborados a partir das proposições curriculares da rede municipal de Belo Horizonte, conforme a disciplina ministrada pelos docentes em seus anos e ciclo de formação, nos três turnos de funcionamento da escola.

O planejamento curricular individual dificulta a implementação de ações pedagógicas coletivas e interdisciplinares dentro da escola, e entre os diversos grupos de trabalho dos três turnos: Trabalhadores da Educação e estudantes do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, perpassando pelos três ciclos de formação humana e Educação de Jovens e Adultos, bem como a comunidade escolar, pois:



“Educar na perspectiva intercultural implica uma clara e objetiva intenção de promover o diálogo e a troca entre diferentes grupos, cuja identidade cultural e dos indivíduos que os constituem é aberta e está em permanente movimento de construção, decorrente dos intensos processos de hibridação cultural” (CANDAUI; KOFF, 2006, p. 475)

Em minha trajetória profissional na escola percebi a carência de uma proposta pedagógica que discutisse o currículo de forma regular, considerando as relações humanas que perpassassem pelas relações interpessoais, as relações do homem com o meio ambiente, as relações étnico-raciais, as relações de gênero considerando a diversidade cultural.

Diante dessa realidade, foram propostas uma série de ações com foco na temática de Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais, que começa em 2010 ao início do ano de 2015 que descrevo a seguir. Desde essa época desenvolvo com os alunos das salas que ministro aula durante aquele ano projetos com a temática da Diversidade Cultural, considerando que a:

“...educação intercultural refere-se ao aprendizado que está pautado na própria cultura, linguagens, valores, visão de mundo e sistema de conhecimento, mas é ao mesmo tempo, receptiva, aberta à apreciação de outras formas de conhecimento, valores, culturas e linguagens.” (UNESCO, 2009, p. 113)

Em 2010 o trabalho foi desenvolvido semanalmente com o nome de Projeto Diversidade Cultural, na turma que eu era regente. Em cada aula foi utilizada uma sequência didática de atividades da Coleção Vivendo a Diversidade, Cultura Afro-brasileira volume 1. As atividades eram discutidas com os estudantes antes e após sua execução.

Nas aulas de Literatura, de 15 em 15 dias trabalhávamos com os livros do Kit Afro-literário distribuído pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Realizávamos leituras individuais e coletivas, bem como apresentação de passagens dos livros pelos estudantes, que podiam escolher aquela com que mais se identificavam e diante disso:

“(...) deveríamos pensar como se configuraria uma pedagogia e um currículo que estivessem centrado não na diversidade, mas na diferença, concebida como processo, uma pedagogia e um currículo que não se limitassem a celebrar a identidade da diferença, mas que buscassem problematizá-la.” (SILVA, 2000<sup>a</sup>, P, 74).

Com pequenas atitudes iniciamos o trabalho na escola há cinco anos, com provocações em sala de aula sobre a diversidade cultural, sobre as diferenças, levando os alunos a pensarem sobre suas origens, suas famílias, e seu lugar na sociedade.



Figura 1 – Colcha de retalhos, trabalho realizado com os alunos em 2010

A figura acima mostra um dos trabalhos realizados em sala de aula com os/as alunos/as que teve por objetivo mostrar as memórias de um povo, inserido em uma sociedade que por muitas vezes os excluíram, porém começam a perceber a importância de desenvolver atitudes que valorizem a cultura negra e indígena, a cultura do povo brasileiro, por que “A nação brasileira foi constituída por diferentes etnias e essa diversidade é positiva na medida em que permitiu um desenvolvimento peculiar no país.” (MACEDO, 2006, p. 338)

Em 2011 dei continuidade ao trabalho desenvolvido com a turma em 2010, utilizando a mesma coleção didática no volume 2. Neste ano ampliei o projeto para uma nova turma, onde mesclei atividades da coleção citada entre o volume 1 e 2, conforme o desenvolvimento dos educandos. A metodologia utilizada em 2011 seguiu-se a mesma sequência do ano anterior, inclusive com a utilização do livros literários, salientando que.

“A escola tem um papel importante na produção da diferença, sendo necessário pensar um reforma que dê igualdade de oportunidades de êxito aos jovens das minorias. Para isso o currículo precisa incluir a história e as conquistas das minorias.” (MACEDO, 2006, p. 339)



Figura 2 - Coletânea literária de 2011

Neste ano construímos uma coletânea literária com base nos livros do kit afro, ao ler e escrever sobre a história da população negra possibilitou-nos a construção das identidades culturais com vistas a desenvolver o pertencimento racial.

As identidades são construídas ao longo de um trabalho desenvolvido com os educandos em seu cotidiano, através da literatura afro, da interpretação dos textos,

das imagens, da reflexão constante. Essas são formas de expressão da identidade racial, que necessita ser desenvolvida nas mais diferentes nuances, pois:

“O discurso da compreensão cultural lastreia-se no relativismo cultural, na aceitação da diferença como algo positivo e no diálogo entre os diferentes grupos. Defende que os professores devem ser sensíveis às diferenças étnicas, buscando desenvolver atitudes positivas no que diz respeito a essas diferenças” (MACEDO, 2006, p. 338)

Em 2012 desenvolvemos o trabalho em uma aula semanal com o nome de Diversidade Cultural, utilizando atividades do livro da autora Rosa Margarida de Carvalho Rocha, o Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro, e o livro Alfabeto Negro, com novos estudantes do 6º ano, recém-chegados ao turno da manhã. Do desenvolvimento dessas atividades o maior destaque entre os educandos foi o calendário negro.

A atividade do calendário negro retirada do livro de Rosa Margarida, nossa colega de RME, foi realizada no início de cada mês letivo com a apresentação das datas importantes do mês destacadas neste calendário com reflexões junto aos estudantes das turmas.

Em novembro de 2012 realizou-se na escola a I Mostra de Diversidade Cultural JBC<sup>4</sup>, culminando em várias atividades culturais desenvolvidas em parceria com os profissionais dos três turnos e com os profissionais da escola integrada.

Foi um momento importante para a comunidade escolar, pois além de aprender novos conhecimentos, teve sua história reconhecida através das atividades culturais apresentadas.

Um dos pontos fortes desse ano foi à utilização de novos recursos pedagógicos adicionando novas coleções e material áudio visual. O que enriqueceu nosso trabalho e nossas ações. Foi possível ampliar cada vez mais nossas

---

<sup>4</sup> JBC – Jonas Barcellos Corrêa



propostas de inserir a diversidade cultural em nosso cotidiano letivo, de maneira mais ampla e coletiva, com mais sujeitos envolvidos no processo pedagógico.

“A abordagem da diversidade cultural na escola se realiza, portanto, a partir do encontro de nossos valores simbólicos, sociais, econômicos, culturais e do outro (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), o diferente...” (SILVA, 2011, p. 14)



Figura 3 – I Mostra de Diversidade Cultural JBC em 2012

Entendemos que esse foi um momento rico de troca de experiências que trouxe aprendizagens para escola e para a comunidade escolar. Mostramos para além da literatura, das belezas afro, das músicas, das danças, dos jogos, das personalidades, das comidas, e outros.

A cada atividade percebemos o quanto o sentimento de pertencimento racial cresce nos educandos e nos educadores. Surge a necessidade de desenvolver novos projetos e novas propostas que visem construir novos conceitos com os

estudantes, novas possibilidades teóricas e práticas para a construção de identidades com elevação da autoestima, conforme nos aponta Silva:

“A educação está intrinsecamente relacionada com a ação social e cultural de nos tornarmos humanos bem como sujeitos sociais. Sob essa perspectiva da diversidade cultural como princípio educativo interessa-nos ater sobre quais são os valores sociais e culturais que engendram o currículo formal da educação escolar.” (SILVA, 2011, p. 16),

No ano de 2013 demos continuidade as ações a atividades desenvolvidas em 2012. Além disso, neste ano a biblioteca da escola passou a receber a Revista Raça, o que possibilitou o enriquecimento dos trabalhos de sala de aula. Conseguimos a adesão de novos professores que começaram a desenvolver novas ações, fortalecendo a organização da II Mostra de Diversidade Cultural Afro-brasileira e Indígena JBC na escola.

Neste ano levamos vários trabalhos desenvolvidos na escola, nos turnos da manhã e tarde à Mostra de Diversidade Cultural Afro-brasileira e Indígena do Barreiro, no Parque das Águas, para exposição, por uma semana.

Contribuímos com apresentações culturais que foram desenvolvidas para a mostra interna da escola, tanto por professores (as) do ensino regular, quanto por monitores da Escola Integrada, no último dia da exposição.

Participamos do evento da Promoção da Igualdade Racial no Barreiro com trabalhos realizados por alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e um trabalho que foi desenvolvido pela professora de Arte com toda a comunidade escolar.



Figura 4 – II Mostra de Diversidade Cultural JBC – 2013

O trabalho foi desenvolvido nos três turnos da escola, conseguindo abranger os pequeninos, passando pelos adolescentes e chegando aos nossos jovens e adultos. E como bem nos diz Gomes (1996):

“O processo de construção de identidade racial do negro brasileiro se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece.” (GOMES, 1996)

Nosso objetivo é levar os educandos e os profissionais da escola a refletirem sobre sua existência, seu lugar no mundo, sua importância social. Nesse sentido, Gomes (1996) nos lembra que:

“É preciso que as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas dentro da instituição escolar. O reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade. Sendo assim, ao discutirmos as relações raciais e de gênero presentes na vida de professores/professoras, alunos/alunas negros/negras e brancos/brancas estamos rompendo com o discurso homogeneizante que paira sobre a escola e reconhecendo o outro na sua diferença.” (GOMES, 1996)

Em 2014 a ação do projeto Conhecendo o Kit Afro foi desenvolvido na disciplina de Literatura em parceria com a Auxiliar de Biblioteca do turno da manhã, e as professoras de Literatura, nas turmas do 5º e 6º ano do 2º ciclo, também no turno da manhã.

No final do mês de novembro tivemos a III Mostra de Diversidade Cultural JBC, com a apresentação riquíssima de trabalhos desenvolvidos por educadores e educandos. Os destaques desse ano foram às apresentações de Zumba e a Batalha do Passinho, valorizando os espaços das praças e ruas da cidade.

Com o objetivo de fazermos um recorte nas diversas ações que desenvolvemos, utilizamos os recursos pedagógicos necessários à ação de desenvolvimento do projeto conhecendo o kit afro, tais como: Exemplares de títulos afro-literários, propagandas de produtos diversos, impressões coloridas das capas dos livros, câmera digital, papel ofício, lápis e canetas, cola e tesoura. O projeto aconteceu durante as visitas dos alunos à biblioteca no período de cinco semanas, a partir de setembro.

Na primeira semana, houve a contação de uma história e, logo após, a exposição do kit Afro acompanhada da explicação do projeto. Os alunos não puderam pegar emprestados os livros do Kit, pois os mesmos foram necessários para o trabalho com as outras turmas. O empréstimo de outros livros aconteceu normalmente.

A proposta da segunda semana foi que os alunos fizessem a leitura individual dos livros previamente selecionados e adequados à idade dos mesmos. Após a leitura foram formados grupos para a discussão dos livros e a escolha de um para a produção da propaganda. Não foi possível realizar empréstimo dos livros, fato que ocorreu também na primeira semana.

Na terceira semana a conversa inicial foi sobre propagandas e apresentação de algumas retiradas de jornais, revistas e internet. Em grupos (na sala de aula) os alunos iniciaram a produção da propaganda do livro.



As atividades realizadas na quarta semana foram de finalização das propagandas e apresentação. As propagandas foram construídas a partir dos livros literários escolhidos pelos educandos conforme interesse próprio.

Na última semana realizamos o fechamento do projeto com mais uma história e exposição dos trabalhos dos/das estudantes nos murais da escola.

Os livros utilizados como recursos didáticos foram

- Elefantes nunca esquecem de Anushka Ravishankar
- Tigre em cima da árvore de Anushka Ravishankar
- Doce princesa negra de Solange Cianni
- Chuva de Manga de James Rumford
- O dia em que Ananse espalhou a sabedoria pelo mundo de Eraldo Miranda
- As panquecas de Mama Panya de Mary e Rich Chamberlin,
- O marimbondo do Quilombo de Heliosa Pires Lima
- Só um minutinho de Yuyi Morales (tradução Ana Maria Machado)
- O presente de Ossanha de Joel Rufino dos Santos
- Tequinho, o menino do samba de Neusa Rodrigues e Alex Oliveira
- Ana e Ana de Célia Godoy
- Raio de Sol, Raio de Lua de Celso Sisto
- Kofi e o menino de fogo de Nei Lopes
- O amigo do rei de Ruth Rocha,
- Cadê você Jamela? De Niki Daly

- O menino Nito de Sonia Rosa
- Bruna e a galinha D'Angola de Gercilga de Almeida
- O que tem na panela Jamela? De Niki Daly
- Obax de André Neves
- A princesa e a ervilha de Rachel Isadora
- Feliz Aniversário Jamela! De Niki Daly
- Lila e o segredo da Chuva de Dabid Conway e Jude Daly
- Menina bonita do laço de fita de Ana Maria Machado
- O gato e o escuro de Mia Couto
- As tranças de Bintou de Sylviane A. Diouf
- A menina do feijão succulento de Stela Barbieri
- Ovelha negra de Bernardo Aibe
- Cabelo de Lelê de Valéria Belém
- O colecionador de Pedras de Prisca Agustoni
- Baú de Histórias de Gail E. Haley



Figura 5 – Projeto de literatura de 2014

Trabalhar a leitura, a escrita, a interpretação e a reflexão possibilita aos estudantes avançar em seu processo de ensino aprendizagem. Ao focar o trabalho literário no kit afro, buscamos resgatar as origens africanas valorizando essa herança cultural.

Essas ações buscaram incentivar os alunos a se descobrirem, aprendendo, se reconhecendo como sujeitos históricos, responsáveis pelo processo de multiplicação de valores, que buscam a construção de uma sociedade que lida com as diferenças e com o diferente, independente da cor de sua pele, esta é nossa busca cotidiana. Nesse sentido, Silva (2011) afirma:

“A valorização social, cultural, identitária e política da cultura afro-brasileira e africana realizada por meio das práticas pedagógicas... (re)afirma a importância do trabalho da diversidade étnico-racial na escola.”  
(SILVA, 2011, p. 25)



Figura 6 – III Mostra de Diversidade Cultural JBC – 2014

Como bem nos diz Gadotti:

“a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais.” (GADOTTI, 1992)

Por isso com nossas ações em 2015 conseguimos introduzir na parte diversificada do plano curricular da escola, a disciplina de Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais do 1º ao 9º ano e nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, com professores habilitados em nível de pós-graduação nestas temáticas, ministrando essas aulas específicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O próximo passo pensado para a continuidade dessa intervenção é propiciar uma formação para os profissionais da escola nos temas de relações étnico raciais, gênero e diversidade.

Pensamos na necessidade dessa intervenção diante do consenso entre os educadores da escola, da necessidade de construção de uma nova proposta pedagógica, que possibilite a construção de um currículo diversificado que, além de trabalhar com os pressupostos das diferentes linguagens, possa dialogar com a comunidade escolar, por isso:

“Precisamos, no nosso trabalho cotidiano, incorporar o discurso das diferenças não como um desvio, mas como o mote de nossas práticas e das relações entre as crianças.” (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2010, P. 92)

Dentro dessa perspectiva montou-se na escola uma comissão para a organização do processo coletivo de construção do Currículo Escolar em diálogo com as Proposições Curriculares da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e suas complementações, as Leis 10.639/03 (História e cultura Afro-brasileira e Africana) e a Lei 11.645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), porém:

“Superar o problema da discriminação racial na educação é muito mais complexo do que simplesmente colocar capoeira, cabelo com trancinha ou feijoada no currículo; pode até passar por isso, mas deve antes passar pelo compromisso dos educadores de tentar qualificar seus alunos negros para as mesmas posições ocupadas pelos alunos oriundos dos outros segmentos sociais.” (PRAXEDES; PRAXEDES, 2014, p. 63)

Estar na sala de aula faz toda diferença para desenvolver trabalhos com as temáticas de Diversidade Cultural, relações Étnico-Raciais e Gênero quando as relacionamos ao processo de desenvolvimento educacional dos jovens. Porém estar na gestão da escola dá a oportunidade de problematizar o plano curricular, a

formação de professores e a comunidade escolar de outro lugar. Possibilitando, inclusive, gerir recursos para este trabalho, através de uma gama de ações.

Possibilita o encontro diário com os profissionais da escola, dos três turnos. Nesse sentido a gestão se torna um agente multiplicador com uma abrangência de dimensões superiores, como bem nos diz os autores citados:

“Como a escola é o espaço privilegiado de socialização e de convivência, é nela que se deve iniciar nossa formação para a convivência com o outro não idêntico, o diferente. A escola deve ser o exemplo de como queremos que seja a convivência nas outras esferas da vida social.”  
(PRAXEDES; PRAXEDES, 2014, p. 63-64)

Ao longo desses anos de trabalho percebo como a gestão faz diferença na implantação e efetivação de políticas públicas, como a implantação da legislação discutida nesse trabalho. As ações que foram descritas só puderam ser realizadas com maior amplitude com as mudanças de gestão que aconteceram na escola. E nessa reflexão constatamos que:

“Para promover uma educação que seja de fato democrática e respeite as diferenças de cultura entre os agentes que se relacionam no sistema escolar, devemos imaginar soluções para os problemas educacionais e das comunidades locais que escapem aos parâmetros e às expectativas dos centros hegemônicos de poder e conhecimentos”.  
(PRAXEDES; PRAXEDES, 2014, p. 64)

Quando pensamos e refletimos sobre diversidade cultural no Brasil chegamos à conclusão da importância da implantação de políticas públicas e sua real efetivação valorizando a educação. Para além de obrigatoriedade, temos que contar com a necessidade de realizar essas ações para a superação do racismo e da discriminação racial em nosso país.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de; RODRIGUES, Tatiane Consentino, A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Educação e Raça. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de; RODRIGUES, Tatiane Consentino, Diversidade e as políticas públicas de educação. São Paulo: Revista Contrapontos, vol. 11 – n. 3 – p. 244-254/ set-dez 2011.

CAMPBELL, Jack (Org.). Construindo um futuro comum: educando para a integração na diversidade. Tradução de Patrícia Zimbres. Brasília: UNESCO, 2002.

CANDAU, Vera Maria; KOFF, Adélia Maria Nehme Simão. Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. Educ.. Soc. Campinas, v. 27, n. 95, 2006.

ESPÍ, Pilar – Vivendo a Diversidade: cultura afro-brasileira. Ilustrado por Márcio Luiz de Castro. Belo Horizonte: Editora FAPI, 2006, vol. 1 e 2.

ESPÍ, Pilar – Vivendo a Diversidade: cultura afro-brasileira. Ilustrado por Márcio Luiz de Castro. Belo Horizonte: Editora FAPI, 2007, vol. 1 e 2.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: Desafios e possibilidades. Campinas: Cad. Cedes, vol. 25, n.67, p. 378-388, set./dez. 2005.

GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992. P. 23

GOMES, Nilma Lino – Educação, Raça e Gênero: Relações imersas na alteridade. Belo Horizonte: Cadernos Pagu (6-7), pp. 67-982, 1996.

GOMES, Nilma Lino – Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. Belo Horizonte: p. 39-61

GOMES, Nilma Lino – Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In PAULA, de Marilene; HERINGER, Rosana (Orgs.). Caminhos Convergentes Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte, Actionaid, 2009, p. 39-74.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo – Racismo e Antirracismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo – Classes Raça e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MACEDO, Elizabeth – Por uma política da diferença. Cadernos de Pesquisa. V. 36, n. 128, p. 327-356, maio/ago., 2006

MOISÉS, José A. – Diversidade cultural e desenvolvimento nas Américas. Revista Palmares em Ação. V. 1, n. 2, p.40-55, 2002.

PRAXEDES, Rosângela Rosa; PRAXEDES, Walter – Educando contra o preconceito e a discriminação racial. São Paulo: Edições Loyola, 2014

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho - Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro. Belo Horizonte: MAZZA Edições, 2006.

ROCHA, Rosa M. de Carvalho & AGOSTINHO, Cristina. Alfabeto Negro. Ilustrado por Ana Raquel. Belo Horizonte: MAZZA Edições, 2001.

SILVA, Natalino Neves da Silva – A diversidade cultural como princípio educativo. Revista Paidéia. Ano 8, n. 11, p. 13-29, jul/dez. 2011.

UNESCO, Unesco and the issue of cultural diversity: review and strategy 1946-2000. Division of Cultural Policies. UNESCO, 2000.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1998.